

A MIGRAÇÃO SOB DIVERSOS CONTEXTOS

The migration in various contexts

Karla Rosário Brumes¹
Márcia da Silva²

¹Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Departamento de Geografia - Campus de Irati
R. Coronel Gracia, 508, ap. 2, Centro, Irati/PR Brasil
CEP: 84500-0001
kbrumes@irati.unicentro.br e kbrumes@hotmail.com

²Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Departamento de Geografia - Campus de Guarapuava
R. Afonso Botelho, 1955, Santa Cruz, Guarapuava/PR Brasil
CEP: 85015-000
msilva@unicentro.br e smarcias@superig.com.br

RESUMO

Os desafios encontrados tanto por estudiosos na definição não só do conceito, mas também dos processos que a questão migratória envolve têm gerado alguns impasses quanto à formulação da teoria das migrações. As discussões não devem ser pensadas no sentido de redimensioná-las apenas conceitualmente, mas também no sentido de compreender quais são os meios mais adequados para as pessoas se moverem no território e como lhes garantir o pleno direito de locomoção. A análise das migrações deve abordar mais do que o estudo das questões dos desequilíbrios regionais de oferta de emprego, devem também analisar a decisão pessoal do sujeito na migração. Neste contexto a abordagem que leve em consideração a influência das redes sociais em sua compreensão, apresenta novos elementos de um ideal mais coletivo.

Palavras chave: Migração. Teorias migratórias. Redes sociais.

ABSTRACT

The challenges encountered by both scholars in defining not only the concept but also the process that involves the migration issue has generated some impasses regarding the formulation of the theory of migration. The discussions should not be considered in order to resize them only conceptually but also in order to understand what are the best means for people moving within and how to ensure them the full right of locomotion. The analysis of migration must address more than the study of issues of regional imbalances of jobs, should also examine the subject's personal decision on migration. In this context the approach that takes into account the influence of social networks in their understanding, introduces new elements of a more collective ideal.

Keywords: Migration. Migration theories. Social networks.

1. INTRODUÇÃO

Ao se analisar os conceitos e as abordagens sobre migração, podemos perceber que eles estão inseridos numa vasta e complexa literatura. De início podemos traçar

dois vieses de abordagens teóricas sobre o tema migração: um onde a tendência tradicional dá ênfase a questões econômicas como principal motivo e causa dos deslocamentos populacionais; e outro, mais

recente, que aborda as teorias sociais, como pro exemplo as redes sociais.

Nas diversas tradições dos estudos há uma confluência de abordagens e disciplinas que, cada qual com suas preocupações e objetos, compõem um grande quadro sobre a migração, o migrante, seus movimentos, os processos materiais, as consequências e implicações em diferentes escalas, os símbolos e as transformações culturais.

As migrações, no Brasil, tiveram um caráter acentuadamente compulsório e os migrantes foram vistos como sujeitos expropriados e, por isso, forçados a uma peregrinação constante na busca de trabalho, renda e melhores condições de vida. Não se pode negar, entretanto, que há casos em que pessoas, grupos e famílias se deslocam por outros motivos, como o turismo, o comércio e as visitas e permanecem nos lugares diferentes de suas origens.

Analisada num contexto de sistema econômico de espoliação, a migração proporciona aumento máximo dos lucros das empresas privadas e condena à itinerância constante parte da população, geralmente excluída. *A priori*, a lógica do capital se transforma no centro da sociedade sendo necessário que exista um migrante para que o sistema produza. Esta estrutura necessita, portanto, de trabalhadores circulando de um lado para o outro, funcionando como um exército de reserva, pronto a aceitar uma árdua sobrevivência. Neste contexto e em linhas gerais, a migração não parece ser um fenômeno natural e espontâneo, mas sim provocado por estruturas muitas vezes injustas ligadas a contextos econômicos, políticos, sociais e ideológicos.

Ainda assim, analisar as migrações e suas consequências é importante devido à capacidade que este movimento e seus sujeitos têm de levar uma série de elementos indispensáveis à expansão dos lugares de inserção, a saber, força de trabalho, conhecimento, capital, consumo etc. (MATOS; BRAGA, 2002).

A busca por uma maior compreensão da migração deve privilegiar os papéis desempenhados pelos migrantes em seus

contextos, ampliada e condicionada à outras variáveis da vida em sociedade (crenças, valores, cultura, relacionamentos, representações). Todavia, não é fácil relacionar, na conjunção dos estudos sobre migração, uma dimensão econômica com uma dimensão que busque a inserção de variáveis da vida em sociedade.

Enfoques teóricos e metodológicos que levam em conta análises microanalíticas, história de família, estudos de ciclo vital etc., ganham força na tentativa de explicar a existência de continuidades nos fluxos migratórios que parecem ter vida própria e que continuam mesmo quando as causas que lhes deram origem desaparecem frente à incapacidade de estudos clássicos sobre migrações darem respostas a perguntas sobre as dinâmicas migratórias.

Segundo Silvestre Rodríguez (2000, p. 179), estes enfoques proporcionam

[...] o encontro entre as análises macro e micro e supõem uma concepção evolutiva e dinâmica das migrações, e uma abertura ante aos pontos de vista sociológicos e antropológicos.

Neste contexto teórico as análises sobre migrações implicam em abordagens que estudam apenas as relações dos migrantes no lugar e de forma isolada. Com a diferenciação crescente dos lugares é preciso que as abordagens geográficas dos espaços migratórios sejam capazes de captar os fluxos sócio-espaciais de forma mais abrangente e detalhada.

Massey et al (1998) afirmam que, por meio da análise da migração e das relações dos sujeitos, podem ser observadas relações que vão além das estabelecidas pelo capital como, por exemplo, as dinâmicas sócio-espaciais da mediação e do convívio. Seria a busca de uma análise sobre migração que relacione fatores econômicos integrados a fatores sociais.

Portanto, entender a migração por meio dessas perspectivas pode permitir observar que existem entre os sujeitos do processo, por exemplo, trocas de informações e de materiais que podem estabelecer laços ou

conexões sólidas capazes de explicar os motivos pelos quais muitos fluxos acontecem.

2. MIGRAÇÕES: O QUE ENFATIZAM ALGUMAS REFLEXÕES?

A variabilidade de movimentos migratórios observados não se constitui em uma novidade sem precedentes, uma vez que, ao longo dos tempos, várias têm sido as tentativas de traçar regularidades que fundamentem formulações teóricas.

Os campos de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração compõem a chamada política migratória¹ que não se restringe à intervenção sobre um fato empiricamente observado, mas se estende à própria construção do conceito de migração.

Os desafios encontrados por estudiosos na definição, não só do conceito, mas também dos processos que envolvem a questão migratória, geram impasses quanto à formulação de uma teoria sobre as migrações, já que este é fenômeno envolto em processos sociais heterogêneos (FERREIRA, 1986).

Autor considerado clássico no estudo do tema Ferreira fazia análises consideradas primárias em virtude das deduções teóricas não muito sistemáticas baseadas na realidade empírica do primeiro recenseamento britânico de 1881 e, posteriormente, nos dados de um conjunto mais alargado de países europeus e norte-americanos (DEMARTTINE; TRUZZI, 2005).

Em 1885, Ravenstein explicitou as 'leis de migração', que deram início a uma longa trajetória de análises acerca dos movimentos populacionais que marcavam a associação entre as atividades econômicas, deslocamentos espaciais de grupos sociais específicos e a regularidade de tais movimentos, buscada nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele momento e ampliada, posteriormente, com evidências de outros países europeus (DEMARTTINE; TRUZZI, 2005).

Salim (1992) procurou, ao seu modo, estabelecer uma discussão crítica das linhas explicativas do fenômeno migratório, ao

considerar a questão da estrutura macroeconômica, da qual deriva a concepção neoclássica². Nela a migração tem uma expressão demográfica e econômica (migração como ajuste espacial do mercado), ao representar os deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, ou seja, ela demonstra uma preocupação com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra.

As teorias neoclássicas admitem as relações entre mercado e trabalho e bens e salários como fatores de deslocamentos migratórios, em função da busca de emprego e renda. Assim:

[...] o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais são historicamente determinados e se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia e da política, que contextualizam sua dinâmica (SALIM, 1992, p. 125).

A mobilidade da força de trabalho, outra linha de análise sobre migrações, fundamenta-se especialmente na teoria marxista do trabalho, que leva em consideração a relação capital/trabalho e a produção e reprodução ampliada dessa relação.

Assim, enquanto o enfoque neoclássico analisa os reflexos das correntes migratórias tendo na migração um agente de transformação, na mobilidade da força de trabalho a análise recai sobre as formas concretas de mobilidade da força. Na visão neoclássica, portanto, os problemas estruturais são os possíveis causadores dos deslocamentos e na mobilidade da força de trabalho os enfoques recaem no processo de acumulação capitalista (SALIM, 1992).

Marx (1983), em sua análise sobre o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, demonstra que a condição estrutural da qual emerge a mobilidade populacional teria a força de trabalho e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e

consequência do desenvolvimento das forças produtivas.

As teorias neoclássicas e da mobilidade da força de trabalho, chamadas de análises clássicas, não permitem que muitas particularidades sejam apreendidas nos contextos migratórios, pois, não adentram além elementos que não derivam dos contextos das dinâmicas do capital. Um ponto limitante dessas análises está no fato das mesmas colocarem a migração como fator impulsionador da diminuição de desigualdades regionais. Para Menezes (2001; 2002), Salim (1992) e Ferreira (1986) é notório o fato de que, em muitos casos, a inserção de fluxos migratórios desestruturou os locais de chegada e também os de partida, uma vez que há o aumento do número de habitantes de algumas localidades e esvaziamento de outras, levando a desestruturação de estruturas produtivas ou pirâmides etárias.

Os problemas da estrutura na qual se inserem os fluxos migratórios ao não serem colocados de forma clara por esses modelos de interpretação também são tidos como pontos limitantes, pois, da forma como é apresentada a economia, o suposto equilíbrio gerado pela migração:

[...] seria uma forma de justificar todas as políticas de mobilidade forçada, ou seja, a liberdade individual nada mais seria do que mais uma vontade imperante do mercado (GAUDEMAR, 1976, p. 179).

Menezes (2001; 2002), Salim (1992) e Ferreira (1986) também apresentam limitações acerca dessas abordagens neoclássicas, ao afirmarem que elas não possibilitam análises mais adequadas entre uma estrutura micro e uma estrutura macro.

Nesse universo teórico, é importante que sejam compatibilizados a determinação estrutural e a liberdade individual, segundo Marx (1983), que fala a respeito da dupla dimensão da liberdade sob o capital, a saber, uma em que o migrante é livre de todo e qualquer tipo de imposição territorial, podendo circular, e outra em que ele não dispõe dos meios para assegurar sua

reprodução, o que o tornaria livre, pois, despossuído dos meios de subsistência e produção. Assim, ele estaria obrigado a circular em busca de compradores da única mercadoria de que dispõe, qual seja, sua força de trabalho.

Povoa Neto (1994), Benetti; Vainer (1988), Menezes (1992) e Vainer (1996) apontam, em suas pesquisas, os limites das interações neoclássicas e, por este motivo, trazem para a discussão (a fim de proporcionar uma melhor compreensão sobre os estudos de migração e sua inserção nos territórios), a inserção outras variáveis da vida em sociedade. Tais contextos valorizam um migrante que passa a ser um sujeito importante no processo mediante as suas escolhas individuais.

As contribuições clássicas do período entre de 1970 e 1980, que foram elaboradas num momento em que o mito do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira se fazia presente, devem aqui ser pensadas. Todavia, como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações, ao serem historicamente condicionadas, são resultado de processos econômico-materiais de mudança. Assim, atentar-se aos limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo.

Sorre (1984) afirma que a Geografia traz reflexões a respeito das migrações ao analisar questões como a circulação, a distribuição e a formação dos territórios, por exemplo.

Rossini (1997) considera as análises que tragam para a discussão o uso dos recursos técnicos científicos e a informatização colocada à disposição da humanidade, posto conferirem maior à interpretação do espaço, da sociedade e dos fluxos migratórios. Porém, essas análises, de acordo com Patarra (1992), Paviani (1993) e Pacheco (1998) desconsideram os vários fatores imperantes nas estruturas nas quais os fluxos migratórios se inserem.

Demartine e Truzzi (2005) analisam o uso do método comparativo no campo dos

estudos migratórios, nos quais se pode observar as diferenciações quanto à origem das abordagens, aos pressupostos ideológicos, a interpretação dos fatores, bem como as consequências destes estudos no território e espaço analisados. Segundo os autores, “o impulso migratório raramente é um fato simples, pois amplia-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças” (DEMARTTINE e TRUZZI, 2005, p. 32).

O processo migratório não é algo mecânico que ocorre apenas entre um pólo de expulsão e outro de atração. Ele se desenvolve num contexto social historicamente determinado. Sampaio (1985, p. 33) refere-se à migração, neste sentido:

[...] como um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de algumas classes sociais, que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutro.

Porém, existem ressalvas, a saber, a ideia de que todas as classes são deslocadas horizontalmente, não deve ser compreendida ao pé da letra. A migração deve ser entendida a partir da análise da importância das instâncias sociais, políticas e culturais, uma vez que a mobilidade da população, diante de um processo de urbanização extensivo no território, pode potencializar e redefinir os movimentos populacionais em escala local (aumentando os movimentos intra-regionais, micro-regionais) e na escala macro-regional (integração do território diante do processo de alargamento das funções urbano-industriais).

No passado, os instrumentais utilizados na análise dos contextos migratórios proporcionaram a produção de teorias capazes apenas de captar uma migração que favorecia um capitalismo otimizado e com um indivíduo envolvido positivamente nessa racionalidade. É preciso pensar que as análises sobre migrações pautadas apenas nas ações capitalistas resultaram em “materialidades esparsas e

diversas”, ou seja, os dispositivos instrumentais e teóricos acerca das migrações internas sob este ângulo e elaborados antes dos anos de 1980 deixaram de captar outros contextos que não apenas os relacionados às perspectivas capitalistas.

Neste sentido a introdução da discussão de redes como fator de análise do fenômeno migratório, por exemplo, pode possibilitar a compreensão de outras características importantes do processo, como as determinações culturais e sociais, é necessário que a análise incorpore elementos que até então eram desconsiderados ou ao menos considerados relevantes nos estudos migratórios.

A inserção de variantes como “a vontade própria”, faz com que as ‘novas teorias a respeito de migrações’ passem a agregar análises das várias facetas de uma sociedade que se articula de forma mais concisa.

Muitas têm sido as análises que se pautam na decisão do um indivíduo em sair de um lugar rumo a outro. Assim, é necessário pensar esse fenômeno dentro do contexto em que a migração sai do nível de determinação macro e passa ao nível micro, em que a motivação é vista com mais racionalidade, uma vez que envolve decisões pessoais (ZAMBERLAN; CORSO, 2007).

3. MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: QUAL A RELAÇÃO?

As migrações, no Brasil, podem ser analisadas por meio de vários aspectos. As transformações ocasionadas pela passagem da sociedade rural para urbana, por exemplo, é um deles, pois levou a impactos que tiveram repercussão, sobretudo, na transformação da estrutura social brasileira. Diante disso a migração, ao longo das décadas, passou a ser vista, pelos migrantes, como uma forma que os levaria efetivamente a uma mobilidade social³.

Os estudos sobre migração⁴ no Brasil dão conta de que esta, entre os anos de 1950 e 1960, era fator altamente positivo tanto para

o indivíduo quanto para o desenvolvimento nacional, já que a mobilidade espacial refletia uma crescente expansão econômica.

Nos anos de 1960 e de 1970, a concentração da atividade industrial urbana e o estímulo à modernização da agricultura foram fenômenos que caminharam juntos produzindo fluxos migratórios de grande magnitude, direcionados para os espaços urbanos. Também neste período a mobilidade espacial de longas distâncias, como a da do Planalto Central com a construção de Brasília (1960) e a Fronteira Amazônica, foram incentivadas oficialmente pelo Estado.

Já nos anos de 1980, considerados por alguns como a ‘década perdida’ devido a crise econômica de 1981 a 1983 e outros elementos de cunho econômico, com respaldos recorrentes de cunho social, o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendentes mudou completamente no país.

Houve queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que foram de 7% a.a entre 1975 e 1980, para 1% no quinquênio seguinte, com a consequente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho no setor formal, aumento da rotatividade da mão-de-obra, contratação das vagas na indústria de transformação e na construção civil nas regiões metropolitanas. Tudo isso levou a limitação das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e das possibilidades de progressão funcional (JANNUZZI, 2000).

Depois dos anos 1980, um conjunto de mudanças econômicas e sociais fez com que o processo migratório também passasse por mudanças e se transformasse, assim como a própria natureza do migrante. Tais contextos fizeram com os estudos que apenas relacionavam a análise de processos de mobilidade social aos processos de mobilidade espacial fossem parcialmente abandonados.

As condições de análise da sociedade fazem com que seja complicado inferir sobre o próprio conceito de mobilidade devido à sua abrangência, já que ela envolve além da mobilidade social, a populacional e a espacial.

É preciso ficar atendo ao fato de que sua relação com a migração pauta-se justamente nestas estruturas sociais já estabelecidas, ao criar rearranjos no local que envia o migrante e, simultaneamente, no que o recebe (SAYAD, 1998).

Segundo Jannuzzi (2000), os estudos sobre migração subestimavam os fluxos, em especial os deslocamentos criados pelo processo sócio-econômico e, por isso, fatores estruturais foram importantes para explicar apenas a intensa mobilidade populacional e não a mobilidade social no Brasil.

Bacha & Klein (1986), Salim (1992), Baltar, Dedecca e Henrique (apud MATTOSO, 1997), ao analisarem a mobilidade social no interior da sociedade brasileira, questionaram sua efetiva ocorrência. Segundo estes autores a ‘mobilidade social’ não foi acompanhada de melhoria nas condições de vida e nem diminuiu as desigualdades sociais da classe trabalhadora, especialmente aquela oriunda do campo. A inserção, por meio da migração, no modo de vida urbano não garantiu aos migrantes ocupação adequada e renda suficiente para garantia de sobrevivência. Tal constatação só vem a reforçar a ideia de que a migração analisada apenas sob a ótica capitalista traz resultados no mínimo contraditórios.

Baltar, Dedecca, Henrique (apud MATTOSO, 1997, p. 89) afirmam que:

[...] apesar de o desenvolvimento econômico ter gerado amplas e novas oportunidades ocupacionais, em especial nas atividades urbanas e que possibilitaram uma expressiva mobilidade social ascendente, há duas questões básicas que condicionam aquela reprodução. A primeira questão diz respeito ao volume e velocidade significativa de êxodo rural e suas consequências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano [...]. A segunda questão diz respeito, propriamente, ao tipo de geração de emprego e renda urbana [...].

A referida mobilidade social da forma como se procedeu acabou por aumentar ainda

mais o padrão de desigualdade entre as pessoas, visto que os benefícios do desenvolvimento econômico que o mundo conheceu, especialmente no período pós-II Guerra, não foram aproveitados por todos.

Carvalho e Machado (1992, p. 138) observaram que:

[...] essa evidência do grande dinamismo da pirâmide social brasileira, notadamente em sua base, pouco interfere na estrutura das desigualdades. A mobilidade ascendente observada se caracteriza por um movimento marcadamente segmentado: muitos sobem e poucos sobem muito. Os pequenos ganhos assessoriais da maioria são largamente superados pelos ganhos da minoria situada nos estratos ocupacionais médios. Esse o padrão do mecanismo estrutural que determina o perfil social no Brasil.

A mobilidade social tida como consequência da intensa migração rural-urbano vivenciada no país, nos últimos 50 anos, mais do que qualquer ascensão ligada à mudança social da população, é uma mudança territorial, já que ao final desse período o Brasil se transformou em um país intensamente urbano, sendo que de 1940 a 2000 a urbanização passou de 31% para cerca de 81%.

Segundo Becker (1997), as políticas eram formuladas para áreas de acelerada imigração urbana, mesmo sabendo-se que tanto áreas urbanas como rurais vinham apresentando progressiva decadência nas condições de vida de suas populações.

Baltar, Dedecca e Henrique (apud MATTOSO, 1997) e Martine (2002) afirmam que a migração também não deve ser vista como um fator que diminui as desigualdades sociais entre regiões, uma vez que a mobilidade social apresentada pelos migrantes não reduziu as desigualdades sociais. Em muitos casos, ela serviu, inclusive, para aumentar essas desigualdades.

O migrante, que até o início dos anos de 1980 se estabelecia permanentemente, pensando em, de “degrau em degrau”, ir ascendendo socialmente, foi se tornando raro,

visto que a estrutura capitalista, a cada dia, impõe condições de inserção cada vez mais difíceis àquele migrante que busca mudanças. O fato é que a migração não é fator preponderante para a mudança na escala social da maior parte dos migrantes, uma vez que a mobilidade social é muito pequena ou nula diante do quadro no qual se estabelecerão.

Por fim, uma análise que se propõe estabelecer uma relação entre migração e mobilidade social deve abarcar mais do que a análise das questões dos desequilíbrios regionais de oferta de emprego. Ela deve analisar questões como àquelas voltadas a menores custos de habitação, melhor oferta de serviços públicos e privados, maior proximidade da família, melhor qualidade de vida etc. (ANTICO, 2005). A relação virtuosa entre mobilidade social e migração deve ser bem analisada para que afirmações sejam efetivamente feitas sobre este assunto.

4. MIGRAÇÕES: E OS SUJEITOS DO PROCESSO?

Antico (2005), Touraine (1994), Charlot (2000) e Certeau (1994) reconhecem que o fenômeno migratório constitui espaço privilegiado para a análise de processos da construção das identidades, pois por definição é fenômeno de mudança social e cultural. Sayad (1998; 2000) aborda o fato de que os processos migratórios integram uma dimensão social e cultural, na medida em que são imbuídos de lógicas de modernização, ou seja, revelam-se também na procura e no acesso a bens da modernidade e a sua realização resulta de uma concorrência entre vontades individuais e um contexto favorável à sua realização.

No que tange ao migrante, muitos são os casos em que os estudos sociológicos e demográficos o consideram como categoria analítica, abstrata, sob a rubrica dos fluxos migratórios ou deslocamentos de populações. A partir desta reflexão vem a ideia de um sujeito ativo na migração, já que nele há um estado de imbricação que acaba estabelecendo a crítica da ordem das coisas.

Touraine (1994) fala de uma dialética entre ser (*self*) e não-ser que se encaminha para a emergência do eu, que não significa a formação de um ideal do ego, mas um eu coletivo e político, comprometido com o outro e com ênfase na crítica social. Para o autor este ‘eu – sujeito’ é dialético na medida em que contém tanto o mundo de desejo de consumo como o mundo da razão e das regras, além da clareza quanto às condições que o oprimem e o excluem.

Dentro desse aspecto o migrante e sua materialidade se relacionam, já que o sujeito, segundo Charlot (2000, p. 33-51):

[...] é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos.

O migrante é, assim, um ser social por ter origem familiar, por ocupar um lugar social e se encontrar inserido e rodeado por íntimas relações sociais, em especial quando se analisam as redes sociais das quais faz parte. E é por este motivo que ele tem plenas condições de apresentar uma história que vai interpretando o mundo em que está inserido, criando condições e sentido para entender o lugar que ocupa. São estes alguns dos motivos pelos quais o próprio fenômeno da migração, há tempos entendido como sendo apenas resultante de uma ação que tem origem na estrutura macro-econômica, necessita ser pensado levando-se em consideração sim, as condições sociais as quais o sujeito migrante apresenta.

No mundo das relações sociais e nessa perspectiva, assim como o fato de o ser humano não ser apenas um dado, mas uma construção, o migrante não migra apenas por imposição, ou seja, este ato está carregado de intencionalidades recorrentes ao próprio sujeito. O migrante, neste sentido, deve ser visto inserido em uma estrutura social e econômica que o coloca em trânsito, não só de um lugar para outro, mas também de um tempo para outro (CHARLOT, 2000).

Pensamos em um migrante que ao se inserir em um novo espaço se sujeita às contradições do mesmo, pois está diante de

espaços geográficos diferenciados, em que as relações sociais se estabelecem de forma diversa daquela que estava acostumado a vivenciar.

O migrante se insere e suas relações sociais pouco a pouco se apresentam a partir do conhecimento do entorno, a partir do desprendimento do local de onde migrou. Porém, quando o desenraizamento não ocorre, o migrante passa a viver realidades diferentes, ou seja, em muitos casos, o migrante vive no novo espaço e a ele não se insere. O migrante, ao ‘romper’ com o território de origem deixa os lugares responsáveis por sua formação enquanto pessoa e sob os quais está edificada a sua identidade.

O migrante, ao estabelecer novas relações sociais, tende a fazer do lugar de chegada o lugar em que se reproduz socialmente a partir dos contatos que vão sendo estabelecidos, sejam eles pautados em laços de amizade ou família as chamadas redes. Tais fatores são significativos para que realmente seja estabelecida de forma mais “fácil” a inserção no mundo do trabalho.

Esse aperfeiçoamento institucional e formal das redes sociais entre imigrantes pode servir para a sua sustentabilidade, possibilitada pelo transcurso do tempo e pelo acúmulo de capital social, entendido este como as trocas entre parentes, amigos e conterrâneos e as oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira, reduzindo os custos financeiros e físicos com a migração (MASSEY apud MARQUES, 1999).

Paviani (1993) afirma que o migrante somente possui condições para uma efetiva participação nos processos regionais de produção quando se fixa, definitivamente, em um dado espaço geográfico, uma vez que, além dos familiares, que muitas vezes são deixados para trás, o migrante também deixa a cultura local que herdou para se inserir em um espaço que não ajudou a criar, lugar do qual não conhece a história.

As barreiras enfrentadas são muitas, mas ele é capaz de criar o que Santos (1999) chama de ‘espírito alerta’, que permite que o migrante se refaça, reformule suas ideias de

futuro a partir do momento em que entende melhor a nova realidade que o cerca. Surge um embate na questão da migração, no sentido de compreender como o migrante age dentro de uma estrutura que o deixa imune a determinados processos condicionantes. Como não pensar, diante dessas situações, nos comportamentos individuais inerentes ao sujeito que tem o direito de mover-se no território e de mudar de residência?

O migrante sente a necessidade de fixar-se para que possa alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e socioespacial. Alguns fatores encorajam/incentivam esse envolvimento, outros repelem qualquer tentativa ou interesse em fazê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos nos enfoques atribuídos ao fenômeno das migrações ao longo do tempo, chegamos à conclusão de que há predomínio de uma dinâmica macro-estrutural. É dela que decorre grande parte das chamadas 'teorias neoclássicas' em que a migração seria a responsável pela melhoria de vida ou 'bem estar' do migrante e seu grupo. No entanto, compreender a migração apenas por este viés é colocar e imaginar um migrante que é reprimido e entregue a determinadas estruturas condicionantes.

A migração e sua inserção no território deve também ser compreendida a partir de outros elementos da vida em sociedade, como crenças, valores, cultura etc. Os estudos macroestruturais, pautados na centralidade do mercado de trabalho, consideraram que o fator impulsionador da migração deve também incorporar estes novos elementos explicativos como fatores impulsionadores da mesma.

NOTAS

1 Segundo Vainer (2000, p. 13) a política migratória pode ser definida como “a questão que informa e justifica um terreno de atuação do Estado, ou seja, é a política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores”.

2 Segundo Salim (1992, p. 122) a expressão “caracteriza os substratos comuns de múltiplas subdivisões e significações, o que permite falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco”.

3 Mobilidade social é referida, aqui, como a mobilidade expressa pela mudança de ocupações, com *status* sócio-ocupacionais diferentes.

4 No país três grandes correntes migratórias, nos últimos quarenta anos, podem ser identificadas: do Nordeste para o Centro-Sul do país (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro); do Nordeste para a região da Amazônia Legal; e uma terceira, mas recente e ainda não esgotada, do Sul do país (sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná) para o Centro-Oeste e Norte do país, que no caso dessa última, os fluxos referem-se à expansão da fronteira agrícola.

REFERÊNCIAS

ANTICO, Cláudia. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo em perspectiva**. Movimentos Migratórios nas metrópoles. Fundação SEADE. v. 19, n. 4, p. 110-120, out./dez. 2005.

BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. **A transição incompleta: o Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 245 p.

BALTAR, P. E. A; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no

Brasil. In: C. E. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scrita, 1997. p. 87-108.

BECKER, Olga Maria S. Mobilidade espacial da população: conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas: percurso no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 45-75; 319-367.

BENETTI, Pablo Cesar; VAINER, Carlos Bernardo. Migrações e metrópole. **Travessia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 5-9, set./dez. 1988.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

CARVALHO, José A. M. de; RIGOTTI, José Irineu R. Os dados censitários sobre migrações internas: algumas sugestões para a análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1999.

CARVALHO, José; A. M. de; MACHADO, Carlos C. Quesitos sobre migrações no censo demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 22-34, jan./jul. 1992.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DEMARTINI, Zélia de B.; TRUZZI, Oswaldo. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: Ed. da UFSCAR, 2005. 221 p.

FERREIRA, A. H. B. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, p. 98-124, jan./abr. 1986.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial, 1976.

JANNUZZI, Paulo de M. **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p.45-67, out. 1999.

MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**, 2002. (SPN. Documento; 11).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 3. p. 85-95.

MASSEY, Doreen et al. **Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon, 1998. 362 p.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Rede urbana e redistribuição espacial da população brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 2002. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

MENEZES, Maria Lúcia P. A crise do bem estar e a caracterização dos processos territoriais da migração no Brasil. **Scripta Nova, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: n. 94, p. 1-17, ago. 2001.

MENEZES, Maria Lúcia P. Questionamentos às categorias migrante de retorno e “migrante”. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 22, n. 43-44, p. 120-123, 1992.

MENEZES, Maria Lúcia P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta**

Nova, Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: n. 69, p. 1-17, ago. 2002.

PACHECO, Carlos A.; PATARRA, Neide L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos Padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998. **Anais...** Curitiba: IPARDES - FNUAP, 1998.

PATARRA, Neide L. **Migrações, emprego e projeções demográficas para o Estado de São Paulo**: pesquisa regional por amostra domiciliar. Documento de trabalho. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

PAVIANI, Aldo. Perspectivas para as metrópoles regionais: algumas considerações sobre migrações e lacunas de trabalho nos anos 90. **Revista Geosul**, Florianópolis, n. 15, p. 19-26, 1993.

POVOA-NETO, Helion. A produção de um estigma: nordeste e nordestinos no Brasil. **Travessia**, ano 8, n. 19, p. 20-22, 1994.

ROSSINI, Rosa E. Os “dekasseguis” do Brasil à procura do eldorado japonês. In: SCARLATO, Francisco et al. **O novo mapa do mundo**. Globalização e espaço Latinoamericano. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1997. p. 283-291.

SALIM, Celso A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. **Anais...** Campinas, SP: ABEP, 1992.

SAMPAIO, Roberto C. **Migrações internas no Triângulo Mineiro**: análise demográfica e econômica (1960-1970). 1985. Dissertação- (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SANTOS SILVA, Augusto. Identidades sociais: continuidade e mudança. **Dinâmicas Multiculturais, @ovas Faces, Outros Olhares**. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

da Universidade de Lisboa, 1996. v. 1, p. 31-36.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: EDUSP, 1998. 286 p.

SAYAD, Abdelmalek. **Un nanterre algérien**: terre de bidonvilles. Paris: Éditions Autrement, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.

SILVESTRE RODRÍGUEZ, Javier. Aproximaciones teóricas a los movimientos migratorios contemporáneos: un estado de la cuestión. **Historia Agraria**, Murcia, 2000, n. 21, p. 157-192.

SORRE, Max. **Fundamentos da Geografia Humana**. São Paulo: Ática, 1984.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas. **Travessia**, São Paulo, ano 9, n. 25, p. 5 -9, 1996.

VAINER, Carlos B. Do corpo marcado ao território demarcado: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil. **Cadernos de migração**, São Paulo, n. 7, 2000.

ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni (Org.). **A emigração da grande Criciúma na ótica de familiares**: desafios para a igreja de origem e de destino. Porto Alegre: Solidus, 2007.

Data de recebimento: 18.05.2010

Data de aceite: 24.11.2010